



Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

**5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2023 DO CONSELHO NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

[Gestão 2023-2025]

Data: 26 e 27 de setembro de 2023

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto – Brasília/DF

1 **Abertura e boas-vindas à 5ª Reunião Plenária Ordinária de 2023.** A Sra. Elisabetta
2 Recine, Presidenta do Consea, confirmou que o Plenário apresentava quórum mínimo
3 para iniciar os trabalhos e aprovar propostas e deu continuidade à reunião apresentando
4 a pauta prevista para os dois dias de trabalho. A Presidenta do Consea procedeu à leitura
5 da **Pauta Proposta:** [26/09/2023] Abertura e boas-vindas; Fome(s) e racismo(s) nos
6 Sistemas Alimentares: conceitos-chave, expressões e impactos no Direito Humano à
7 Alimentação Adequada; Retrospectiva das reflexões e contribuições do Consea;
8 Visibilidades e invisibilidades do(s) racismo(s) nos indicadores de InSAN; Racismo,
9 (in)justiça alimentar e nutricional nos cotidianos; Racismo ambiental e Soberania
10 Alimentar; Conceitos-chave, expressões e implicações do(s) racismo(s) para os Direitos
11 Humanos; Racismo(s) no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e
12 Nutricional (Sisan): desafios e perspectivas para um Sisan antirracista; Igualdade racial
13 como compromisso de Governo e Política de Estado; Perspectivas do Consea e da 6ª
14 CNSAN para conformação de um SISAN antirracista; Racismo e antirracismo no
15 orçamento 2024 e no PPA 2024-2027; Racismo e antirracismo no acesso à terra,
16 território e territorialidade; Racismo, antirracismo e fome(s) nas periferias; Debate;
17 [27/09/2023] Implementação e Monitoramento do Plano Brasil Sem Fome; e Devolutiva
18 e encaminhamentos das CPs, Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais de SAN
19 (CPCE) e GTs; Informes e encerramento. Os debates da Mesa ocorreram na mesma
20 ordem, sob a coordenação da Presidenta do Consea, Sra. Elisabetta Recine. A Presidenta
21 iniciou a Plenária que discutiu o combate ao racismo e à igualdade racial, tema central
22 da discussão no Brasil. Foram realizados alguns anúncios nos últimos dias, como o
23 pronunciamento do Presidente Lula, na Assembleia-Geral da ONU, onde foi anunciado o
24 18º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Nacional, que trata da questão da
25 igualdade racial. Foi destacado que outro fato marcante se trata da decisão do Supremo
26 Tribunal Federal (STF) em relação ao Marco Temporal, que, segundo a Sra. Elisabetta
27 Recine, foi uma vitória absolutamente significativa, importantíssima e merecedora. A
28 Presidenta do Consea abriu a Plenária fazendo uma homenagem à escritora Conceição
29 Evaristo, que ganhou o prêmio Juca Pato e realizou a leitura do poema intitulado “Da
30 Calma e Do Silêncio”, do livro: Poemas da Recordação e Outros Movimentos. A Sra.
31 Rosângela Lula da Silva (Janja) agradeceu o convite e iniciou sua fala pontuando a
32 importância da segurança alimentar e nutricional, reafirmando o compromisso do
33 Presidente Lula com o Consea e realçando o Plano Brasil Sem Fome como um dos pilares
34 deste mandato do Presidente Lula. A Primeira-Dama fez uma consideração sobre o papel
35 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)
36 como o coração e a estrutura do Governo Lula. Mencionou sua experiência laboral na
37 Itaipu Binacional, diretamente no Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, e
38 informou sobre a parceria realizada pela Itaipu com o Fundo Nacional de
39 Desenvolvimento da Educação (FNDE), anunciada no Piauí, durante o lançamento do
40 Plano Brasil Sem Fome, para implantar, em todo o território nacional, o processo
41 formativo de Segurança Alimentar e Nutricional com merendeiras e nutricionistas dos
42 municípios. Em virtude de a alimentação escolar ter sido um dos pilares que tirou o Brasil
43 do mapa da fome, a Primeira-Dama disse que acredita que será novamente o
44 sustentáculo para que o Brasil saia novamente desse cenário. Destacou a importância
45 dos municípios, e informou que o Governo tem pensado em estratégias para aproximar
46 prefeitos para articular ações em prol da efetividade desses programas. Sobre a 6ª
47 Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (6ª CNSAN), a Primeira-

48 Dama confirmou a presença do Presidente Lula e finalizou dizendo que vem trabalhando
49 de forma conjunta pela segurança alimentar e nutricional. A Sra. Elisabetta Recine
50 agradeceu a presença da Primeira-Dama e destacou o trabalho que os presidentes e
51 presidentas dos conselhos estaduais estavam fazendo para a Conferência Nacional, e
52 também para a organização dos seus municípios, territórios, e regiões para as
53 respectivas Conferências estaduais. Por fim, passou a palavra para a Secretária
54 Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (SECF/MDS), Sra. Valéria Burity. A
55 Secretária Extraordinária cumprimentou a todos os presentes, transmitindo o abraço do
56 Ministro de Estado do MDS, Sr. Wellington Dias, impossibilitado de comparecer porque
57 estava em compromisso no Rio de Janeiro. A Sra. Valéria Burity parabenizou o tema da
58 Plenária, destacou a relação estrutural entre o racismo e a desigualdade, ressaltando
59 que a fome é uma expressão dessa desigualdade. A Secretária pontuou que os domicílios
60 chefiados por mulheres, especialmente mulheres negras, povos indígenas e
61 comunidades tradicionais, são os mais afetados pela fome e pela insegurança alimentar
62 grave. Enfatizou o papel crucial da Plenária em orientar o Governo para aprimorar
63 políticas públicas, visando superar a situação de fome e garantir o direito à alimentação
64 da população brasileira. A Secretária Valéria Burity expressou a esperança de que os
65 resultados da Plenária alimentem a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e
66 Nutricional (Caisan) e contribuam para a construção de um sistema de segurança
67 alimentar antirracista. Destacou a importância das reuniões prévias para discutir ações
68 governamentais de enfrentamento ao racismo e de garantia de segurança alimentar.
69 Reafirmou o compromisso do Governo Federal em fornecer respostas articuladas às
70 questões apresentadas pelo Consea. Agradeceu a todos e manifestou a continuidade do
71 trabalho em conjunto. A Sra. Elisabetta Recine enfatizou a importância de a Caisan ser
72 reconhecida como *locus* de articulação dessas ações, ressaltando o desafio de enfrentar
73 a estrutura profundamente enraizada do racismo no Brasil. A Presidenta elogiou a
74 rodada de informes na reunião da Caisan, reconhecendo a necessidade de articular essas
75 ações para dar um passo decisivo, além de ter expressado a esperança de a Plenária
76 contribuir para esse objetivo. A Sra. Elisabetta Recine agradeceu a presença da equipe
77 da Secretaria Nacional da Juventude e mencionou a parceria entre as Conferências,
78 destacando sua importância em termos de otimização de recursos públicos e agilização
79 de processos burocráticos. Por fim, a Sra. Elisabetta Recine passou a palavra para o
80 Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) e
81 Secretário-Geral do Consea, Sr. Márcio Costa Macêdo, agradecendo sua presença
82 constante nas plenárias e convidando-o a fazer seu pronunciamento. O Ministro Márcio
83 Macêdo saudou a todas as companheiras e companheiros presentes no Consea
84 Nacional, expressando seu abraço à querida companheira Elisabetta Recine pelo papel
85 crucial na rearticulação do Consea em todo o Brasil. Destacou a importância da presença
86 da Primeira-Dama como símbolo significativo. Elogiou a decisão do Consea de dedicar
87 uma Plenária exclusiva para discutir a relação entre a fome e a questão racial. O Ministro
88 Márcio Macêdo mencionou dados alarmantes sobre a população negra assolada pela
89 fome no Brasil, enfatizando a seriedade do tema a ser abordado na reunião. Elogiou a
90 iniciativa do Consea em trazer à tona esse debate, envolvendo a sociedade e o Governo
91 no enfrentamento da fome, coincidindo com os esforços e compromissos do Presidente
92 Lula na ONU. Destacou o papel de liderança internacional do Presidente Lula,
93 mencionando a retomada da Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
94 (ODS) e o compromisso adicional de combate ao racismo. Elogiou a sintonia do Consea

95 com essas iniciativas e a importância de se fazer correções de rumo coletivamente. O
96 Ministro Márcio Macedo anunciou a criação de um grupo de trabalho para a
97 rearticulação do Consea e a mobilização conjunta com a juventude no combate à fome.
98 Expressou otimismo em relação à realização das Conferências de forma consecutiva,
99 fortalecendo o debate sobre a fome e alimentando o compromisso da juventude. O
100 Ministro Márcio Macêdo concluiu desejando sucesso à missão de acabar com a fome no
101 país e destacando a importância histórica da reunião do Consea. A Presidenta do Consea
102 agradeceu a fala do ministro e iniciou a composição da Mesa que foi moderada pelo
103 Conselheiro Edgard Moura, da Comissão Permanente 5 (CP 5 – Soberania e Segurança
104 Alimentar e Nutricional da População Negra e Enfrentamento ao Racismo). **Ponto de**
105 **Pauta: Fome(s) e racismo(s) nos Sistemas Alimentares: conceitos-chave, expressões e**
106 **impactos no Direito Humano à Alimentação Adequada.** O Conselheiro Edgard Moura
107 iniciou saudando a todos os presentes no evento do Consea Nacional, ressaltando a
108 relevância da Plenária após uma abertura poderosa com a participação da Presidenta do
109 Consea, da Primeira-Dama e do Ministro Márcio Macedo. Antes de prosseguir, destacou
110 a importância simbólica da Plenária, lembrando e prestando homenagem a duas pessoas
111 que faleceram recentemente, Mãe Bernadete e Martinha. O Conselheiro pediu um
112 minuto de silêncio em memória dessas figuras importantes que contribuíram para o
113 combate à fome. Em seguida, enfatizou a necessidade de aumentar a representatividade
114 de pessoas negras no Primeiro e no Segundo Escalões do Governo Federal, considerando
115 a diversidade. O Conselheiro elogiou a presença do Sr. Anderson Lopes Miranda,
116 representando o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, em realce o Movimento
117 da População em Situação de Rua, destacando a competência e o potencial das pessoas
118 negras para assumirem papéis estratégicos. Mencionou a existência da Comissão de
119 Combate ao Racismo, uma iniciativa inovadora e poderosa que buscará a
120 transversalidade nos diversos segmentos do Consea e nos Conselhos estaduais e
121 municipais. Por fim, o Conselheiro passou a palavra para a Sra. Ana Lúcia Pereira,
122 Especialista em Nutrição e Políticas de SAN, da Rede PENSSAN, da CP 5, para abordar a
123 retrospectiva e os próximos passos do Consea. A Conselheira Ana Lúcia Pereira iniciou
124 cumprimentando a todos, especialmente a Presidenta Elisabetta Recine, destacando sua
125 presença constante desde o início do Governo no GT do Direito Humano à Alimentação
126 Adequada. A Sra. Ana Lúcia Pereira expressou seu orgulho por participar das falas,
127 embora reconhecendo que a retrospectiva aborda dores vividas. A Conselheira ressaltou
128 a importância de chegar até o momento atual, destacando a sensibilidade do Consea em
129 relação à pauta racial; mencionou que, antes do Consea, somente o Conselho Nacional
130 de Saúde tinha essa receptividade para tratar de questões relativas ao racismo, ao
131 preconceito e à discriminação; e fez, ainda, uma retrospectiva desde 2003, quando o
132 Consea foi retomado, focando na luta contra a fome. Destacou a atuação da Conselheira
133 Maria Aparecida Bento, que, em um Consea predominantemente branco, inseriu a
134 questão da população negra no combate à fome. A Conselheira realçou a primeira
135 reunião da CP2 em 2004, ampliando a representação negra no Consea. A Sra. Ana Lúcia
136 Pereira destacou o papel do Conselho na discussão teórica sobre segurança alimentar e
137 nutricional, uma área em que o movimento negro carecia de debate. Houve menção a
138 eventos, seminários e mobilizações que levaram à inclusão da temática racial nas
139 políticas públicas. A Conselheira elogiou a sensibilidade de membros do governo, como
140 do Sr. Francisco Menezes e do Sr. Leonor Pacheco, que contribuíram para pesquisas sobre
141 comunidades quilombolas e religiões de matriz africana. A Sra. Ana Lúcia Pereira

142 mencionou a ampliação da representatividade para além dessas populações, como
143 pescadores artesanais e quebradeiras de coco. Enfatizou a importância da CP5 na
144 discussão sobre racismo institucional, terra e território, em 2017. A Conselheira
145 ressaltou a necessidade de retomar a exposição de motivos desse período. Por fim,
146 destacou o atual momento em que o Consea traz o racismo como determinante no
147 processo de insegurança alimentar e nutricional no Brasil e celebrou a possibilidade de
148 ter uma ministra negra no Supremo Tribunal Federal, bem como incentivou os jovens a
149 continuarem o compromisso pela justiça social. A Sra. Ana Lúcia Pereira encerrou sua
150 fala expressando a alegria do momento e agradecendo a todos. A Sra. Sandra Chaves,
151 Coordenadora da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede
152 PENSSAN), expressou sua satisfação por participar do debate e representar a Rede
153 PENSSAN. Compartilhou dados sobre insegurança alimentar no Brasil, destacando a
154 análise aprofundada da questão racial e de gênero com base nos inquéritos realizados
155 pela Rede. Ao abordar a visibilidade e a invisibilidade do racismo nos indicadores de
156 insegurança alimentar, a Professora ressaltou a importância de alcançar a igualdade,
157 conforme o 18º ODS. Apresentou dados que mostram a relação entre raça, cor e
158 insegurança alimentar, destacando desigualdades estruturais em diferentes regiões do
159 Brasil. Sua apresentação incluiu uma análise histórica da evolução dos índices de
160 segurança alimentar no país, mostrando um declínio preocupante nos últimos anos. A
161 Sra. Sandra Chaves também abordou a interseccionalidade, reconhecendo a articulação
162 do racismo, patriarcalismo e opressão de classe como sistemas estruturais que geram
163 desigualdades. A Professora enfatizou as disparidades significativas entre grupos raciais
164 em termos de segurança alimentar, com dados que mostram diferenças notáveis entre
165 mulheres brancas e negras, homens brancos e negros, especialmente em situações de
166 insegurança alimentar grave. Destacou a influência da situação de trabalho e
167 desemprego nessas disparidades. Para concluir, a Coordenadora Sandra Chaves apontou
168 a necessidade de superar a discriminação histórica, chamando a atenção para a
169 importância de uma agenda de pesquisa e convidando a participação na Conferência
170 Nacional Livre sobre pesquisa em soberania e segurança alimentar. Considera essencial
171 utilizar a insegurança alimentar como indicador para medir e corrigir as desigualdades
172 acumuladas historicamente, incluindo o racismo e o sexismo estrutural na sociedade
173 brasileira. A Sra. Rute Costa, Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de
174 Janeiro (UFRJ), começou expressando sua gratidão pelo convite e destacou a
175 complexidade do racismo e enfatizou que as iniquidades na segurança alimentar não são
176 apenas consequências da pandemia, mas têm raízes históricas. Abordou o estudo "Prato
177 do Dia e Desigualdade", analisando a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017
178 e 2018. A Sra. Rute Costa mencionou a importância de ler as narrativas da sociedade civil
179 e examinar a participação social para entender como as questões de raça, sexo e classe
180 são percebidas. Destacou que o debate sobre essas questões ainda não atingiu
181 plenamente a comunidade científica. A Professora enfatizou o desafio de definir o perfil
182 do público nas pesquisas científicas e a necessidade de uma abordagem crítica das
183 interações entre diferentes formas de opressão. A Sra. Rute Costa destacou que as
184 mulheres negras, responsáveis por alimentar o Brasil, enfrentam as piores condições,
185 mas também são a fonte de soluções e conhecimentos para superar essas condições.
186 Concluindo, a Professora Rute Costa ressaltou a importância de amplificar as vozes das
187 mulheres negras, especialmente em seus espaços tradicionais, como roças, cozinhas e
188 terreiros. Enfatizou que é nesses lugares que o conhecimento é produzido para adiar o

189 "fim do mundo" representado pela produção contínua de morte através da alimentação.
190 A Sra. Rute Costa encerrou sua fala enfocando a necessidade de participação ativa das
191 mulheres negras no processo de anúncio e denúncia para buscar soluções. A Sra. Fran
192 Paula, Engenheira Agrônoma, pesquisadora e integrante da coordenação da Campanha
193 Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, iniciou a palestra expressando sua
194 felicidade por participar do evento e destacou suas referências, a Sra. Rute Costa e a Sra.
195 Kota Mulangi, mulheres que contribuíram para a discussão do racismo nos sistemas
196 alimentares e na nutrição. Disse que se considera parte do grupo de jovens engajados,
197 ressaltando a importância dos encontros e confluências, como destacado pelo Mestre
198 Nego Bispo. Discutiu o racismo ambiental a partir de sua perspectiva como mulher negra
199 quilombola envolvida no movimento agrícola, também como pesquisadora e educadora
200 no Mato Grosso. Abordou a temática do racismo estrutural e trouxe o conceito de
201 racismo ambiental, destacando a ligação com a organização econômica e política da
202 sociedade. A Sra. Fran Paula defendeu a necessidade de revisitar o debate sobre racismo
203 estrutural e destacou o papel do Ministro Silvío Almeida nessa discussão. Abordou três
204 conceitos: racismo fundiário, racismo alimentar e racismo ambiental, e destacou a
205 importância de entender essas dimensões para construir ações e políticas públicas. A
206 Sra. Fran Paula mencionou o impacto dos grandes empreendimentos, como a Usina Belo
207 Monte, no contexto do racismo ambiental. Enfatizou a interconexão entre a luta
208 socioambiental e a luta antirracista, especialmente no contexto brasileiro. A
209 Coordenadora alertou para a ameaça representada pelo Projeto de Lei do Veneno e
210 pediu a convocação de uma audiência pública para discutir o assunto. Compartilhou
211 dados preliminares do diagnóstico da agricultura quilombola realizado pela CONAQ e
212 abordou desafios relacionados ao acesso à terra, à água e às políticas públicas. A Sra.
213 Fran Paula também destacou a situação das mulheres negras e indígenas mais expostas
214 ao racismo ambiental no Brasil, e encerrou sua apresentação com a importância da
215 justiça social na busca por soluções ambientais. Enfatizou, ainda, a necessidade de
216 reparação histórica para avançar em direção à democracia alimentar. A Sra. Kota
217 Mulangi, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
218 (FBSSAN), saudou a Mesa e iniciou expressando suas preocupações sobre a insegurança
219 alimentar, destacou a importância dos sistemas alimentares mantidos pela diáspora
220 forçada dos povos originários do continente africano. Mencionou a relevância do
221 Decreto nº 6.040/2007 e a necessidade de escolhas políticas na alimentação. Além disso,
222 enfatizou a importância dos sistemas tradicionais na preservação dos ecossistemas e na
223 produção de alimentos dignos. A Conselheira também abordou questões de racismo e
224 epistemicídio, destacando a necessidade de reconhecimento e respeito pelos
225 conhecimentos tradicionais. Concluiu enfatizando a importância da competência na
226 formulação de políticas e de instâncias como o STF, destacando a necessidade de
227 descolonizar as abordagens em relação ao alimento e aos sistemas alimentares. A Sra.
228 Laura Fernanda Zacher, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva do Ministério dos
229 Direitos Humanos e Cidadania, iniciou a fala agradecendo pelo convite. Destacou a
230 importância da nova Diretoria de Promoção dos Direitos Humanos (DDPR), criada como
231 resposta a demandas apresentadas pelos movimentos sociais da população em situação
232 de rua, e do seu comprometimento em participar ativamente das discussões no Consea.
233 Enfatizou a presença permanente do Ministério na busca pelo Direito Humano à
234 Alimentação Adequada, conforme determinado pelo Ministro Silvío Almeida e orientado
235 pelo Presidente Lula. A Sra. Laura Zacher mencionou a participação do Brasil no Comitê

236 dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) em Genebra, apresentando o Plano
237 Brasil Sem Fome como parte da resposta do país aos desafios apresentados. Elogiou a
238 abordagem inclusiva do Plano, que incorpora discussões sobre desigualdades étnico-
239 raciais e reconhece a interseccionalidade. A Sra. Laura Fernanda Zacher também
240 compartilhou atualizações sobre políticas do Ministério dos Direitos Humanos e abordou
241 questões críticas, como o desmantelamento de programas sociais e suas consequências,
242 especialmente em regiões como o Marajó. Além disso, a Secretária mencionou a atuação
243 do Ministério em ações interministeriais para enfrentar desafios específicos, como a
244 garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada no sistema prisional. Também
245 destacou iniciativas como as Caravanas de Direitos Humanos e a importância do
246 Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos. Por fim, ela
247 destacou a criação da Coordenação-Geral da Memória e Verdade da Escravidão e do
248 Tráfico Transatlântico de pessoas escravizadas, de seu Ministério, ressaltando a
249 importância da justiça de transição e mecanismos de memória para evitar a repetição
250 de situações problemáticas. O Sr. Anderson Lopes Miranda, Coordenador-Geral do
251 Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional
252 para População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), do Ministério dos Direitos Humanos e
253 Cidadania, saudou a Mesa e iniciou sua fala abordando a importância de discutir políticas
254 que tratem primeiro da moradia e do alimento, enfatizando que garantir uma casa não
255 é suficiente sem a segurança alimentar. Salientou sua experiência, reportando que,
256 apesar de receber um apartamento do Governo, enfrentou dificuldades devido à falta
257 de itens de eletrodomésticos e comida. Apontou para a necessidade de não apenas
258 fornecer moradia, mas também de garantir itens básicos, como gás e alimentos, para
259 que as pessoas possam ter condições de buscar emprego. Pontuou que a população em
260 situação de rua, composta por 70% de pessoas negras, enfrenta vulnerabilidades e fome,
261 realçando a importância de não aceitar essa situação. O Coordenador ressaltou seu
262 papel no Governo e a pressão que recebe da sociedade civil, comprometendo-se a
263 defender a população em situação de rua. Propôs a implementação de cozinhas
264 solidárias, lavanderias e iniciativas de economia solidária para proporcionar dignidade e
265 inclusão. Ao finalizar, o Sr. Anderson Lopes Miranda parabenizou a Mesa pela discussão
266 e se colocou à disposição na diretoria e no Ministério de Direitos Humanos e Cidadania
267 para contribuir com as políticas necessárias. Iniciou-se então um debate com a
268 participação do Plenário. A Sra. Diracy Betânia Lacerda, representante da CONAB/SUPAB,
269 cumprimentou a todos da Plenária. Destacou a negligência em relação à segurança
270 alimentar, ressaltando que, até o último governo, o tema não recebia a devida atenção,
271 mesmo diante da existência persistente da fome no país. Afirmou que a pandemia trouxe
272 visibilidade a um problema antigo e grave, destacando que muitas pessoas morrem de
273 fome diariamente nas ruas do Brasil. Criticou o descaso em relação à agricultura familiar
274 e à segurança alimentar, considerando urgente a discussão sobre a fome. Ressaltou a
275 falta de garantias na segurança alimentar e questionou como as pessoas poderiam
276 acessar uma alimentação de qualidade. Mencionou sua residência coletiva em Antônio
277 Carlos, onde 18 pessoas vivem coletivamente, cultivando alimentos orgânicos e gerando
278 renda para a população em situação de rua. Finalizou agradecendo a oportunidade de
279 se expressar. A Sra. Maria Alaídes Alves de Souza, do Movimento Interestadual das
280 Quebradeiras de Coco babaçu (MIQCB), expressou sua alegria por ter a oportunidade de
281 discutir o significado do racismo nas vidas das quebradeiras de coco babaçu e de diversas
282 comunidades tradicionais. A Sra. Maria Alaídes agradeceu especialmente pelas falas

283 verdadeiras e representativas apresentadas na Mesa, destacando a importância de
284 compreender o racismo ambiental, cultural e estrutural. Ao mencionar tristes episódios,
285 como a morte de uma quebradeira de coco debaixo de uma palmeira empurrada por um
286 trator, ressaltou a necessidade de enfrentar essas situações que muitas vezes passam
287 despercebidas. A Conselheira relacionou sua experiência desde a década de 1960 nos
288 movimentos sociais e na Pastoral da Criança, agradecendo pela oportunidade de diálogo
289 com convidados que trabalham com comunidades tradicionais, contribuindo para
290 fortalecer a atuação nos municípios. Concluiu enfatizando a importância de sensibilizar
291 prefeitos e fortalecer a atuação nos municípios para trazer mudanças efetivas a partir da
292 base. A Sra. Vanessa Schottz, do FBSSAN, da CP3 (Produção, abastecimento e
293 alimentação adequada e saudável), destacou a importância histórica da Plenária
294 enfatizando o compromisso do Consea em adotar uma pauta antirracista para analisar
295 políticas públicas e identificar mecanismos de racismo institucional presentes nesses
296 instrumentos cotidianos. Propôs que as Comissões Permanentes (CPs) realizem o
297 exercício de examinar as políticas e os programas que acompanham, identificando
298 mecanismos que produzem racismo institucional. A Conselheira enfatizou que esse
299 exercício deve ser contínuo e deu um exemplo prático de racismo institucional ocorrido
300 em comunidades quilombolas no norte do Espírito Santo. Por fim, a Sra. Vanessa Schottz
301 enfatizou a importância de olhar para as políticas públicas, de identificar mecanismos
302 escondidos de racismo institucional e de propor ações para enfrentar e qualificar essas
303 políticas, tornando-as verdadeiramente antirracistas e acessíveis aos sujeitos de direito.
304 O Sr. Jean Pierre Tertuliano Câmara, Coordenador da Comissão de Presidentes de
305 Conselhos Estaduais/Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional (CPCE), iniciou
306 parabenizando a Mesa pela excelência e ressaltou o legado que ela representa para o
307 Consea. Enfatizou a importância de dar visibilidade e acesso às representações da
308 diversidade nos Conseas estaduais, apontando as dificuldades burocráticas impostas
309 pela máquina pública. Destacou a interligação entre as questões de racismo e
310 ambientalismo, afirmando que não há justiça ambiental sem justiça social e vice-versa.
311 Trouxe à tona a preocupação com empresas estrangeiras que atuam na exploração de
312 energia eólica e solar, impactando nas comunidades quilombolas e indígenas no
313 Nordeste do Brasil. Ressaltou os desafios enfrentados por essas comunidades devido à
314 desterritorialização provocada por tais empreendimentos, além de abordar a
315 problemática relacionada às enchentes e seus efeitos nas comunidades, agravando os
316 bolsões de pobreza. O Conselheiro Jean Pierre Câmara também abordou a questão dos
317 "filhos dos ventos", referindo-se aos impactos psicológicos e físicos que as mulheres
318 dessas comunidades enfrentam devido à estrangeirização das terras. Concluiu falando
319 sobre a falta de oportunidades de emprego e renda para a população negra,
320 especialmente as mulheres, e destacou a importância de combater estereótipos e
321 representações inadequadas nas propagandas, incluindo o espaço publicitário no GDF.
322 A Sra. Daniela Frozi, da Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS), da CP 4 (Direito
323 Humano à Alimentação Adequada), expressou sua emoção e gratidão por participar da
324 Plenária e está profundamente comprometida com a promoção de políticas públicas
325 antirracistas. A Conselheira elogiou a Mesa e a Comissão que organizou o evento,
326 parabenizando as brilhantes falas que foram apresentadas. Destacou a aprendizagem
327 significativa que teve durante a manhã e expressou sua gratidão por todas as
328 contribuições. A Sra. Daniela Frozi ressaltou a mudança de clima na Plenária e afirmou
329 que, a partir daquele momento, todos os conselheiros e conselheiras levariam consigo o

330 compromisso e o selo das políticas antirracistas no país. Agradeceu a todos pela
331 oportunidade e pelo aprendizado proporcionado. O Sr. Aleh, Representante da Ocialê,
332 expressou sua gratidão e benção aos mais velhos, especialmente à Conselheira Kota
333 Mulangi. Reconheceu a presença histórica do racismo no Brasil e como a pandemia
334 destacou as disparidades, sensibilizando as pessoas para as questões enfrentadas pela
335 população negra, especialmente em relação à alimentação. Mencionou a importância
336 das mudanças climáticas e como afetam a produção e o acesso aos alimentos,
337 principalmente para a população negra em situação de vulnerabilidade. Abordou o
338 crescimento de desertos e pântanos alimentares, áreas onde o acesso aos alimentos
339 frescos é limitado em comparação aos alimentos ultraprocessados, correlacionando esse
340 fenômeno com o aumento das indústrias alimentícias. Enfatizou a necessidade de
341 combater esses problemas, promovendo feiras agroecológicas e fortalecendo os
342 agricultores locais, muitas vezes pertencentes a grupos tradicionais. Destacou o papel
343 crucial da comunidade acadêmica na promoção de uma nutrição adequada,
344 incentivando a integração de conhecimentos tradicionais das comunidades na
345 abordagem acadêmica para apoiar o protagonismo desses povos. Agradeceu a
346 oportunidade de transmitir sua mensagem e contribuir para o debate sobre segurança
347 alimentar. A Sra. Loiselene Trindade, Diretora-Executiva da Emater/DF, expressou sua
348 participação na discussão sobre políticas públicas. Destacou a importância dos
349 extensionistas que atuam no campo, levando políticas públicas para comunidades rurais,
350 quilombolas e populações em situação vulnerável. Ressaltou a relevância da valorização
351 desses profissionais que desempenham um papel fundamental na implementação de
352 políticas, incluindo compras governamentais, como PAA e PNAE. Compartilhou sua
353 experiência desde 2009 no trabalho com compras governamentais, enfatizando os
354 desafios na introdução de alimentos regionais nas escolas. Destacou os embates e
355 esforços necessários para sensibilizar educadores e merendeiras sobre a importância
356 dessas práticas. Expressou sua felicidade em participar do evento, ressaltando a
357 significativa aprendizagem sobre a relevância coletiva no contexto das políticas públicas.
358 Agradeceu a todos os presentes e parabenizou pela realização do evento. A Sra. Carmen
359 Helena Ferreira Foro, Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e
360 Participação Política, do Ministério das Mulheres, agradeceu pela participação e
361 parabenizou o Consea pela capacidade de formular, refletir e construir caminhos
362 importantes historicamente. Destacou sua identidade como agricultora familiar ao lado
363 de comunidades quilombolas e ribeirinhas, ressaltando a importância do debate sobre
364 o tema. Mesmo fazendo parte do Governo, enfatizou que não perdeu sua capacidade
365 crítica e instigou seus colegas de Governo a se esforçarem ainda mais para fornecer
366 respostas concretas aos problemas históricos relacionados ao racismo. A Sra. Carmen
367 Foro mencionou as contradições do Governo e levantou questões sobre como lidar com
368 projetos como a Hidrovia Araguaia-Tocantins, destacando os impactos nas comunidades
369 quilombolas, ribeirinhas e de pescadores. Encerrou ressaltando que a questão do
370 racismo não é apenas responsabilidade do Ministério da Igualdade Racial, mas uma
371 responsabilidade de todo o projeto político do país. Chamou a atenção para a
372 responsabilidade que todos têm enquanto parte do Governo e agradeceu a
373 oportunidade de participar do debate. A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea,
374 agradeceu à Plenária pelo sucesso do processo da reunião. Mencionou que a
375 reinstalação do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania no Sisan é uma decisão
376 transitória, visando agilizar o retorno do Consea e da Caisan, uma vez que os ministérios

377 foram criados no atual mandato. A Presidenta do Consea destacou que essa situação
378 será revista após a 6ª CNSAN. A Sra. Elisabetta Recine esclareceu que essa decisão foi
379 tomada para facilitar o retorno ágil do Conselho e que a participação desses ministérios
380 nas discussões é igualmente valiosa. Agradeceu novamente e informou que retornaria à
381 Plenária às 13h30 para a próxima Mesa. A Sra. Dinair Pereira Duarte Furtado, Presidente
382 do Consea Estadual de Goiás, integrante da CPCE, expressou sua gratidão pela
383 oportunidade de participar da Mesa. Parabenizou a Presidenta do Consea pelo trabalho
384 e pelo convite aos estados. A Sra. Dinair Furtado destacou a importância da Mesa,
385 especialmente para discutir questões raciais relacionadas à agricultura familiar e ao
386 financiamento. A Conselheira compartilhou uma observação feita durante o Plano Safra
387 e o PAA, mencionando a necessidade de mobilização dos povos quilombolas para
388 garantir o acesso aos financiamentos destinados pelo Governo. A Conselheira ressaltou
389 a importância de organizar o mapeamento nos estados para que todos possam ter
390 igualdade de acesso aos recursos. A Sra. Dinair Furtado também mencionou a questão
391 da agroecologia e expressou sua preocupação com agricultores familiares ligados a essa
392 prática que enfrentam dificuldades ao buscar financiamentos em bancos, como o Banco
393 do Brasil e a Caixa Econômica Federal. A Conselheira destacou, ainda, a necessidade de
394 atenção à agroecologia, considerando sua importância para o clima e para a sociedade
395 civil. O Sr. Edgard Moura, da Agentes de Pastoral Negros (APN), resumiu as discussões
396 da Mesa da manhã, destacando várias apresentações e pontos importantes abordados
397 pelos participantes. O Conselheiro mencionou a importância da CP5 na discussão
398 antirracista e ressaltou a proposta de atualização da exposição de 2017 a ser monitorada
399 pela Comissão. Também abordou a necessidade de incluir comunidades tradicionais,
400 como as de matriz africana, dentro da agricultura familiar. O Conselheiro falou sobre a
401 audiência pública do Projeto de Lei do Veneno e convidou a Comissão para participar
402 ativamente. Enfatizou a relevância de disponibilizar materiais, como o livro da Sra. Fran
403 Paula, para a ampla divulgação. Fez uma breve recapitulação das apresentações,
404 mencionando a fala marcante da Sra. Rute Costa sobre o afastamento da cultura
405 alimentar que leva à morte e ressaltou a importância dos sistemas alimentares
406 tradicionais. Por fim, encerrou sua fala dando a palavra a outros membros da Mesa para
407 considerações finais. Participante da Plenária (identidade não registrada) agradeceu e
408 enfatizou a importância e o comprometimento dos Conseas estaduais, destacando a
409 necessidade de replicar a discussão e os temas abordados nos estados, além de realçar
410 a relevância de viabilizar a participação efetiva desses grupos. Compartilhou uma
411 reflexão inspiradora sobre Beatriz Nascimento, uma intelectual e pesquisadora
412 quilombola, incentivando todos à leitura de suas obras para melhor compreensão da
413 luta antirracista. Destacou a importância de questionar a narrativa histórica que muitas
414 vezes apaga a verdadeira história da população preta e indígena devido ao racismo.
415 Apontou que, apesar de serem locais de potência e resistência desde o século XVI, os
416 quilombos ainda são erroneamente associados à pobreza devido ao racismo. Propôs
417 uma reflexão sobre os momentos em que a paz quilombola é reproduzida e como se
418 logra promover essa paz diante das adversidades. Expressou a necessidade de construir
419 políticas públicas e ações que respeitem os sistemas alimentares tradicionais e as
420 identidades culturais quilombolas, evitando uma reprodução de modelos que
421 universalizem os territórios. Finalizou agradecendo e colocando-se à disposição para
422 encaminhar o diagnóstico da CONAQ sobre insegurança alimentar, racismo ambiental e
423 acesso a políticas públicas em territórios quilombolas para o Consea e comissões que

424 debatem o racismo. Outro participante da Plenária expressou sua gratidão pela
425 oportunidade de aprendizado durante o evento. Destacou o trabalho da Rede PENSSAN
426 mencionando a adaptação de pesquisas para povos e comunidades tradicionais por
427 meio de um aplicativo disponível no site da Rede. Informou sobre o desenvolvimento de
428 projetos específicos para povos indígenas e afrodescendentes na periferia de São Paulo
429 e a população LGBTQIA+, permitindo diagnósticos mais focalizados em grupos
430 vulneráveis. Finalizou mencionando o livro "Torto Arado", de Itamar Júnior, e expressou
431 a esperança de superar as desigualdades existentes no país. No Plenário, destacaram a
432 importância de buscar na tradição mais antiga quando uma sociedade enfrenta
433 problemas, citando a referência de Fidel Castro, bem como enfatizaram a relevância das
434 tradições dos povos originários das Américas e africanos na construção de soluções.
435 Mencionou-se a tradição de matriz africana enfatizando a não violência e a sacralidade
436 das águas. Expressou-se posições contra o racismo ambiental, defendendo a
437 demarcação de terras. Abordou-se a importância da alimentação tradicional para a
438 saúde das crianças e mulheres. Agradeceram pela oportunidade de compartilhar o
439 espaço e encorajaram os presentes a assumirem posições comprometidas na luta
440 antirracista. No período da tarde, a Presidenta do Consea saudou a todos e iniciou a
441 Plenária com o pronunciamento do Secretário do MDS, Sr. Osmar Ribeiro de Almeida
442 Júnior. O Secretário, em nome do Ministro Wellington Dias, expressou a impossibilidade
443 de o Ministro participar presencialmente devido a compromisso relacionado a um
444 seminário sobre o Bolsa Família. Anunciou a assinatura de um termo de cooperação
445 entre os ministérios visando o desenvolvimento do Plano Nacional de Combate à Fome,
446 chamado Brasil Sem Fome. Disse que o foco no enfrentamento da fome se dá
447 especialmente entre aqueles afetados pela discriminação histórica, com destaque para
448 a população negra. O Secretário agradeceu pela oportunidade de fazer o anúncio e
449 enfatizou o compromisso do Governo em monitorar e implementar ações direcionadas
450 para superar o desafio da fome no Brasil. A Secretária-Executiva da SG/PR, Sra. Kelli
451 Cristine de Oliveira Mafort, expressou entusiasmo pelo passo importante na
452 concretização do Plano Brasil Sem Fome. Destacou a assinatura do Acordo de
453 Cooperação Técnica (ACT) entre os Ministérios da Igualdade Racial e o MDS como
454 fundamental para garantir a transversalidade da questão racial no Plano. Afirmou que o
455 Consea é o espaço ideal para assegurar essa transversalidade e enfatizou a importância
456 de explicitar as desigualdades enfrentadas pela população negra no combate à fome.
457 Informou que o ACT representa um comprometimento especial, marcando uma
458 reparação histórica e buscando avançar contra as desigualdades no país. A Secretaria-
459 Executiva da SG/PR se comprometeu a integrar a voz da sociedade civil e dos
460 movimentos na implementação do ACT, especialmente na promoção da participação
461 social. Agradeceu o protagonismo dos ministérios envolvidos para alcançar um Brasil
462 sem fome e sem racismo. A Sra. Eliane Dias, Chefe de Gabinete da Ministra de Estado da
463 Igualdade Racial, reforçou o compromisso do Ministério da Igualdade Racial no
464 enfrentamento ao racismo, destacando a importância da parceria e da transversalidade
465 nas ações entre os ministérios. A Sra. Eliane Dias ressaltou os avanços conquistados nos
466 nove meses de Governo e as construções feitas para os povos quilombolas, população
467 negra, povos ciganos e populações de terreiro. Comentou que a assinatura do termo de
468 parceria representa um passo significativo para enfrentar os desafios que persistem para
469 a população negra no Brasil. Convidou a sociedade, coletivos, organizações e membros
470 do Consea a se aproximarem do Ministério da Igualdade Racial, enfatizando o orgulho

471 de ter o primeiro Ministério da Igualdade Racial após tantos anos. Agradeceu a todos os
472 envolvidos na parceria e desejou bons trabalhos para todos. **Ponto de Pauta: Racismo(s)**
473 **no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan): desafios**
474 **e perspectivas para um Sisan antirracista.** A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do
475 Consea, compôs a Mesa do período da tarde. O Sr. Edgar Moura Amaral destacou a
476 importância de dar continuidade à discussão sobre o racismo estrutural na Mesa da
477 tarde e ressaltou a necessidade de enfrentar o racismo estrutural de maneira sábia para
478 superar as desigualdades que afetam a população negra e as comunidades tradicionais.
479 Ressaltou que o Consea busca incluir também pessoas LGBTQIAP+ e imigrantes, tirando
480 esses grupos da invisibilidade e promovendo a visibilidade. Pontuou a importância de
481 compreender a branquitude e os privilégios para avançar na pauta antirracista. Discutiu
482 como o racismo estrutural está vinculado ao processo de colonização, e também como
483 as políticas públicas impactam na população negra, evidenciando a importância das
484 ações afirmativas. O Conselheiro abordou a relevância das cotas e das ações afirmativas
485 na educação superior, considerando a disputa desigual por espaços nas universidades
486 públicas. Mencionou a invisibilidade da contribuição da população negra nas políticas
487 sociais ao longo da história, como nas ações de cotização para comprar alforria.
488 Encerrando sua fala, destacou que o tema do antirracismo permanece central nas
489 discussões do Consea, representando um desafio contínuo para combater o racismo
490 estrutural e alcançar uma democracia plena no Brasil. O Sr. José Henrique Jr.,
491 Coordenador da Rede Brasileira de Economistas Pretas e Pretos, abordou a conjuntura
492 econômica e orçamentária no contexto atual do Brasil, especialmente focando em
493 programas e ações relacionadas à segurança alimentar, combate à fome e igualdade
494 racial. Destacou alguns programas presentes na Proposta de Lei Orçamentária Anual
495 (PLOA) para o ano seguinte, e destacou alguns pontos, como a Conjuntura Econômica e
496 Desafios Orçamentários, com ênfase no cenário macroeconômico, mencionando a
497 aprovação do teto de gastos em 2016, os impactos da pandemia em 2020 e a
498 reestruturação do governo em 2023. Observou a importância da aprovação da PEC da
499 Transição para evitar problemas como um possível *shutdown* do Governo; Programas e
500 Ações Orçamentárias, com destaque para os programas presentes na PLOA, incluindo o
501 Programa Nacional de Segurança Alimentar, assistência e combate à fome, Bolsa Família,
502 Auxílio Gás, Programa de Aquisição de Alimentos, PAC, entre outros. Tratou da
503 transversalidade e Desafios na Execução Orçamentária, demonstrando a importância da
504 transversalidade na alocação de recursos e destacando a dificuldade de implementar
505 políticas públicas eficazes com orçamentos limitados. A transversalidade foi mencionada
506 como uma estratégia para reduzir desigualdades raciais e sociais; Prioridades e
507 Desigualdades nos Orçamentos: Destaca a discrepância nos orçamentos de diferentes
508 pastas ministeriais, destacando o baixo orçamento do Ministério da Igualdade Racial em
509 comparação com outras áreas, como o Sistema Único de Saúde (SUS). Enfatizou a
510 necessidade de pressão e acompanhamento detalhado para evitar contingenciamentos
511 e garantir a execução adequada dos programas. Concluiu seu discurso reforçando a
512 importância de monitorar as execuções orçamentárias, principalmente no contexto de
513 ações voltadas para a segurança alimentar, combate à fome e igualdade racial, e se
514 colocou à disposição para responder a eventuais perguntas. O Sr. Douglas Belchior, da
515 Coalizão Negra Por Direitos, agradeceu o convite e destacou a desconfiança histórica em
516 relação às iniciativas despolitizadas de entrega de alimentos nas periferias. Discutiu a
517 mudança de dinâmica durante a pandemia, quando seu movimento se envolveu no

518 combate à fome. Enfatizou a importância de questionar o papel da Sociedade Civil e dos
519 Conselhos diante de um governo popular, analisando as contradições e desafios
520 enfrentados, especialmente na atual conjuntura. Apontou para a necessidade de
521 políticas transversais que abordem as questões da fome no Brasil de maneira mais
522 profunda. Criticou a desigualdade racial e mencionou a importância de enfrentar o
523 racismo estrutural, destacando que a sociedade deve manter uma postura crítica e
524 exigente diante do Governo. Concluiu ressaltando a importância de radicalizar a agenda,
525 instigando os conselheiros a pressionarem por políticas mais eficazes e estruturadas. O
526 Sr. Douglas Belchior propôs iniciativas práticas, como a instalação de hortas
527 comunitárias, e enfatizou a necessidade de inteligência instrumental para enfrentar os
528 desafios sociais, visando obter ganhos políticos significativos no futuro. O Sr. Ronaldo
529 dos Santos, Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais
530 de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos (SGPT), do Ministério da Igualdade
531 Racial, representando a Ministra Anielle Franco, expressou satisfação em participar da
532 Reunião Plenária do Consea. Destacou a importância do Conselho na luta contra a
533 pobreza, a fome e a insegurança alimentar. Mencionou o desmonte do Consea em
534 períodos anteriores e ressaltou a relevância de seu retorno. Saudou os presentes que
535 compõem a Mesa e a todos os participantes, destacando a presença de autoridades
536 como a Sra. Valéria Burity, Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome. O
537 Secretário Ronaldo dos Santos abordou o compromisso do Governo em enfrentar a fome
538 e o racismo como projetos políticos interligados. Comentou sobre a cooperação técnica
539 entre os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Igualdade Racial,
540 visando abordar o recorte racial no enfrentamento à fome. Falou sobre a Agenda
541 Nacional de Titulação para comunidades quilombolas, enfatizando a importância de
542 políticas que vão além da segurança jurídica proporcionada pelos títulos. Destacou a
543 criação da Política de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e a discussão de um
544 Fundo quilombola de justiça climática. Abordou a necessidade de políticas específicas
545 para comunidades de matriz africana e de terreiro, incluindo o enfrentamento ao
546 racismo religioso. Sublinhou a importância de um Estado mais presente, contrastando
547 com ideias de Estado mínimo. Por fim, reiterou o compromisso do Ministério da
548 Igualdade Racial e do Governo Lula na construção de políticas públicas sólidas e perenes,
549 visando garantir direitos e promover uma vida digna para todos. Anunciou sua saída
550 antecipada, mas agradeceu pela oportunidade de participar e rever colegas na reunião.
551 O Sr. Danyel Iório de Lima, Subsecretário de Programas Sociais, Áreas Transversais e
552 Multissetoriais e Participação Social, do Ministério do Planejamento e Orçamento,
553 saudou a todos presentes e à Mesa e apresentou resultados dos produtos do Ministério
554 do Planejamento e Orçamento relacionados ao combate à fome, igualdade racial e
555 racismo. Destacou a reconstrução do planejamento nacional, anteriormente carente de
556 abordagem em questões importantes, agora ampliado para incluir temas como
557 igualdade racial, sustentabilidade, participação social, entre outros. Trouxe a visão de
558 futuro delineada que envolve um país democrático, justo, desenvolvido e
559 ambientalmente sustentável, onde todos vivam com qualidade, dignidade e respeito à
560 diversidade. Ressaltou que o planejamento se baseia em valores como democracia,
561 diversidade, justiça social, sustentabilidade ambiental, participação social, atuação
562 colaborativa, responsabilidade fiscal e social, e excelência na gestão. Falou das camadas
563 estratégicas e táticas, sendo estas últimas divididas em três eixos: movimento social,
564 movimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática, e defesa da

565 democracia e reconstrução do Estado e da soberania. Destacou a igualdade racial como
566 um dos objetivos estratégicos, abordando o combate ao racismo e promoção da
567 igualdade racial de forma estruturante e transversal. Apresentou agendas prioritárias e
568 transversais, sendo as últimas relacionadas a públicos específicos e questões ambientais.
569 Na intersecção entre as agendas de combate à fome e igualdade racial, destacou
570 programas como Brasil Sem Fome, Educação Básica, Direitos Humanos e Cidadania de
571 Crianças e Adolescentes, Bolsa Família, abastecimento e soberania alimentar, entre
572 outros. Mostrou a amplitude da construção do Plano Plurianual, incluindo diversos
573 ministérios e programas. Além disso, ressaltou a participação social significativa no
574 processo de construção do Plano, com organizações da sociedade civil contribuindo
575 através do aplicativo. Finalizou informando que o conteúdo apresentado faz parte do
576 Projeto de Lei do PPA, atualmente em avaliação no Congresso Nacional, e que a Camada
577 Gerencial será disponibilizada ao público posteriormente. Destacou a importância
578 contínua da participação social no processo. Deste modo, passou-se ao debate com a
579 participação do Plenário. A Sra. Mariana Santarelli, da Organização pelo Direito Humano
580 à Alimentação e à Nutrição Adequadas - FIAN Brasil, da CP 1 (Sistema Nacional de
581 Segurança Alimentar e Nutricional, Monitoramento e Agenda Internacional de SAN),
582 cumprimentou a todos os presentes e fez uma correção em relação à informação
583 mencionada anteriormente sobre a participação de negros no Consea, destacando que
584 outros companheiros negros participam desde 2003. Ressaltou que a luta não é contra
585 os brancos, mas sim contra o racismo, apontando a conexão do racismo com o
586 imperialismo norte-americano e o capitalismo. Alertou para a manipulação que busca
587 manter divisões entre as pessoas e fortalecer o lado explorador. Citou exemplos de
588 figuras usadas para esse propósito, como um deputado federal do Rio de Janeiro, e
589 líderes internacionais. Enfatizou a importância de separar interesses genuínos daqueles
590 que buscam explorar, destacando a necessidade de mudança na correlação de forças.
591 Outro ponto abordado foi o grande montante de dinheiro retirado do país para o capital
592 financeiro internacional, ressaltando a importância de investir no SUS para combater a
593 pandemia. Alertou sobre a política econômica voltada para o capital financeiro
594 internacional, afirmando que a população sofre com isso, especialmente a comunidade
595 negra nas periferias. Encerrou destacando a necessidade de unir a nação contra a
596 exploração, miséria, desemprego, fome e morte. Mencionou o papel importante do
597 Consea em impedir que o dinheiro saia do país, defendendo a união de todas as pessoas,
598 independentemente de cor, para defender o país. A Secretária Extraordinária de
599 Combate à Pobreza e à Fome, Sra. Valéria Burity, expressou seu orgulho e destacou a
600 importância dada pelo Presidente à questão das desigualdades como um desafio
601 fundamental para mudar a realidade e a sociedade. Reconheceu a experiência exaustiva,
602 porém extraordinária, de enfrentar uma cultura escravocrata e patriarcal para combater
603 o racismo. Mencionou estratégias adotadas, como o Acordo de Cooperação entre o
604 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o MDS, que busca direcionar ações
605 para atingir mulheres negras. Abordou o desafio do Plano Brasil Sem Fome em alcançar
606 os públicos mais afetados pela insegurança alimentar, especialmente a população negra.
607 A Secretária Extraordinária ressaltou o papel do Consea na disputa de projetos e no
608 fortalecimento das políticas públicas, destacando a necessidade de monitorar e
609 identificar como essas políticas chegam à população. Abordou desafios específicos,
610 como a fome nas cidades, defendendo o redesenho de políticas públicas para atender a
611 essa demanda. Também mencionou a construção de um protocolo entre o SUS, o Sisan

612 e o SUAS, para incluir pessoas afetadas pela fome em ações de combate à fome. Por fim,
613 a Secretária Valéria Burity destacou a ausência de menção a uma política do Ministério
614 da Justiça voltada para a população em privação de liberdade, que envolverá o Consea
615 e o Conselho de Direitos Humanos em sua construção. A Sra. Débora Rodrigues da Silva,
616 do Consea Estadual da Bahia, integrante da CPCE, cumprimentou a Mesa e expressou
617 seu comprometimento com a importância do momento para abordar as questões
618 cruciais relacionadas ao combate à fome e à desigualdade. Destacou as palavras
619 anteriores sobre a presença do inimigo dentro da sociedade, referindo-se ao silêncio
620 diante do massacre da população negra, jovem e de mulheres. Reforçou a ideia de que
621 o racismo e o sexismo são ferramentas do modelo capitalista que contribuem para a
622 estrutura da desigualdade e a consequente fome. Mencionou um momento anterior em
623 setembro, durante o Fórum Interconselhos, onde foi aprovada uma moção para disputar
624 com a pauta racial o orçamento público. Destacou a importância de incluir a pauta racial
625 como prioridade no Plano Plurianual para fortalecer as políticas de enfrentamento ao
626 racismo com recursos. Ressaltou a necessidade de diálogo entre os Conselhos e a
627 intersetorialidade, buscando parcerias estratégicas com movimentos que tenham outras
628 pautas. Concluiu enfatizando a importância de unir esforços no enfrentamento ao
629 racismo. A Sra. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso, da Associação Brasileira de
630 Nutrição (ASBRAN), expressou, inicialmente, sua decisão de permanecer no local,
631 destacando sua recente viagem e a fadiga que quase a impediu de comparecer. Contudo,
632 ao chegar e participar, compreendeu a importância de sua presença. Compartilhou sua
633 experiência com a pauta racial, que entrou em sua vida há oito anos no Consea Estadual
634 da Paraíba. A Sra. Vanille Pessoa ressaltou que, por vezes, as discussões sobre racialidade
635 podem parecer óbvias para quem está imerso nesses espaços, mas isso não é universal.
636 A Conselheira mencionou o aprendizado sobre o papel da branquitude a partir da fala
637 do Conselheiro Edgard Moura, onde o Conselheiro reconheceu a importância de não
638 apenas discutir o racismo, mas sobretudo de adotar uma postura antirracista na prática.
639 Expressou gratidão pelas energias renovadas durante a Plenária, reconhecendo a
640 contribuição de diversos participantes, e agradeceu à organização da Plenária do Consea
641 expressando esperança de que as discussões e reflexões se traduzam em práticas
642 efetivas. Encerrou sua fala enfatizando a necessidade de utilizar o conhecimento, a arte
643 e a alimentação como territórios de descolonização. A Sra. Sônia da Costa, Diretora de
644 Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva, do Ministério de Ciência,
645 Tecnologia e Inovação, saudou a todos, lembrou sua última participação em 2016 e
646 destacou a recriação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento Social,
647 que havia sido extinta em 2019. Expressou satisfação ao ver a construção autônoma da
648 Rede PENSSAN, ressaltando o compromisso do ministério em fortalecer a pesquisa. A
649 Diretora Sônia da Costa mencionou o compromisso da Secretaria com a segurança
650 alimentar alinhada às questões dos povos tradicionais e das comunidades indígenas.
651 Anunciou a intenção de repensar formas de publicação de editais e avaliação de
652 projetos, convidando pesquisadores para discutir mudanças. Destacou a nova
653 abordagem nos próximos editais, promovendo a participação conjunta e a construção
654 de redes sociotécnicas nas áreas de agroecologia e semiárido. O Sr. Carlos Cavalcanti, do
655 Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), cumprimentou a
656 Mesa e expressou sua satisfação com as apresentações realizadas. Referindo-se ao
657 trabalho de Josué de Castro na obra "Geografia da Fome", de 1953, destacou que muitas
658 questões abordadas durante a reunião haviam sido apontadas naquela época. O

659 Conselheiro Carlos Cavalcante mencionou uma das recomendações de Josué de Castro
660 sobre o fortalecimento do cooperativismo, enfatizou a importância do fortalecimento do
661 cooperativismo e da economia solidária como caminhos para construir uma sociedade
662 democrática socialista baseada na autogestão. Destacou que esse processo não pode ser
663 imposto de cima para baixo, mas deve ser construído a partir do povo. O Conselheiro
664 concordou com a ideia de que as discussões realizadas deveriam se traduzir em
665 educação popular para superar as polaridades na sociedade. Encerrou sua intervenção
666 celebrando uma nova sociedade e a economia solidária. O Sr. Rodrigo dos Santos Nantes,
667 do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (ECOSOL), saudou a Mesa e expressou seu
668 reconhecimento de sua própria branquitude, destacando a importância de se unir na
669 luta contra o racismo estrutural. Enfatizou o compromisso com a igualdade e a
670 fraternidade, destacando a necessidade de agir em resposta aos estímulos e
671 aprendizados recebidos durante as discussões. Discutiu a potência da economia solidária
672 como uma prática concreta para enfrentar as desigualdades, mencionando tecnologias
673 sociais como a agroecologia e a permacultura. Ressaltou a importância de transitar para
674 uma nova racionalidade que reconheça a interconexão entre seres humanos e natureza.
675 Enfatizou a necessidade de implementar práticas como bancos comunitários e moedas
676 sociais para promover o desenvolvimento social local. Por fim, o Conselheiro Rodrigo
677 Nantes incentivou os movimentos sociais a continuar tensionando o Governo a
678 incorporar recortes raciais e afirmativos nas políticas públicas de economia solidária. O
679 Sr. Manoel Bueno dos Santos, do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), mais
680 conhecido como Nego da Pesca, destacou a importância das Mesas anteriores e
681 expressou seu aprendizado contínuo, fez uma observação em relação às religiões,
682 enfatizando que a hóstia consagrada não deve ser usada para encher a barriga, mas sim
683 fortalecer os corações e atitudes de respeito. O Conselheiro compartilhou sua satisfação
684 com o Governo, especialmente em relação ao Decreto assinado pelo Presidente Lula em
685 agosto, reconhecendo os pescadores artesanais e implementando programas que
686 fortalecerão a pesca artesanal. Mencionou a criação da Secretaria da Pesca Artesanal e
687 ressaltou os programas no Estado do Espírito Santo, como o Ifes, que recebeu apoio do
688 Ministério da Pesca no Governo anterior de Lula. O Conselheiro Manoel dos Santos
689 expressou otimismo em relação ao fortalecimento do setor pesqueiro no Brasil. A Sra.
690 Antônia Vanderlúcia de Oliveira Simplício, Coordenadora-Geral de Projetos da Secretaria
691 Nacional de Economia Popular e Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego,
692 destacou a importância das Mesas anteriores e concordou com seus colegas sobre a
693 necessidade de políticas públicas transversais. Enfatizou a importância de um grande
694 pacto de formação, propondo um movimento de educação popular na base para garantir
695 que as políticas públicas cheguem de maneira compreensível e cidadã às comunidades.
696 A Sra. Vanderlúcia Simplício ressaltou a preocupação com a tradução das reflexões das
697 Mesas para ações concretas na base, propondo programas de agentes populares para
698 discutir questões raciais, desigualdade e combate à fome. Também sugeriu aproveitar as
699 cozinhas solidárias e pequenos empreendimentos de economia solidária como espaços
700 para promover a formação do povo, permitindo que compreendam e lutem por uma
701 sociedade mais justa. A Sra. Kota Mulangi reforçou os pontos discutidos na Mesa da
702 tarde sobre o racismo estrutural nas políticas de enfrentamento à fome e segurança
703 alimentar. Destacou a necessidade de um orçamento estratificado, que indique
704 claramente como as políticas específicas estão sendo aplicadas. Alertou que o racismo é
705 responsabilidade de toda a sociedade e não apenas da negritude, ressaltando a

706 importância de estudar o privilégio da branquitude. Também mencionou a ligação entre
707 racismo, machismo e capitalismo na manutenção das desigualdades. Concluiu
708 enfatizando a necessidade de achatar a pirâmide social e criar um projeto político
709 diferenciado, envolvendo cooperativismo, economia solidária e uma participação
710 popular efetiva. Participante da Plenária (identidade não registrada) expressou
711 agradecimento ao Consea pelo espaço e enfatizou a importância do debate sobre a
712 Reforma Tributária como meio de financiar as propostas discutidas na Plenária. Destacou
713 a necessidade de pressionar e apoiar o Ministro Haddad na aprovação das Reformas,
714 visando manter o arcabouço fiscal. Expressou gratidão a todos que participaram do
715 evento. O Sr. Douglas Belchior, da Coalizão Negra Por Direitos, expressou sua satisfação
716 em participar da Plenária e destacou a importância de reconhecer o acúmulo de
717 experiências e enfrentamentos históricos da população. Ressaltou a necessidade de
718 promover políticas que alcancem diretamente as organizações sociais na ponta, sem
719 intermediários burocráticos, e incentivou a busca por estruturas jurídicas para viabilizar
720 essa abordagem. Além disso, enfatizou a importância de explorar iniciativas como a
721 moeda social e a economia solidária, propondo experimentos em bairros para
722 impulsionar práticas inovadoras. Também destacou a importância de usar as tecnologias
723 para gerenciar recursos públicos de maneira eficiente, fortalecendo o movimento e
724 evitando depender exclusivamente de políticas públicas. Enfatizou a necessidade de
725 capacitar a população para assumir papéis ativos na formulação de leis, na gestão de
726 recursos e na execução de ações, buscando uma participação mais ampla e efetiva. Por
727 fim, agradeceu a oportunidade de participar da Plenária e encorajou a radicalização das
728 práticas construtivas realizadas em conjunto com a comunidade. O Sr. Edgard Moura
729 agradeceu e enfatizou a importância de dar visibilidade à economia solidária,
730 destacando o papel histórico de negros e negras na escravidão e pós-escravidão
731 relacionado a essa forma de organização econômica. Ressaltou a relevância de
732 compreender as raízes sociais da economia solidária, incluindo as práticas de pagamento
733 de alforrias, estivadores, e pontuou a importância do debate antirracista. Mencionou a
734 coalizão negra durante a pandemia, citando as campanhas "Tem Gente Com Fome" e a
735 importância de manter a luta contra o racismo na pauta política. O Conselheiro também
736 ressaltou o papel da CPCE na defesa do Sisan e a necessidade de levar a pauta antirracista
737 para os estados, municípios e Conselhos. O Conselheiro destacou a questão do racismo
738 ambiental, utilizando o exemplo do Quilombo de Alcântara, e ressaltou a importância de
739 combater o racismo institucional, que muitas vezes impede o acesso a políticas públicas.
740 Abordou as dificuldades enfrentadas por comunidades quilombolas e indígenas,
741 evidenciando o racismo ambiental presente nessas realidades. Finalizou destacando a
742 importância da unidade entre diferentes grupos para enfrentar o racismo em suas
743 diversas formas, e falou sobre a necessidade de criar um Consea antirracista, avançando
744 em direção à decolonialidade e ações concretas para enfrentar as estruturas de
745 opressão. O Sr. Danyel Lório de Lima agradeceu a oportunidade de debater temas tão
746 interligados e destacou a disposição do Ministério do Planejamento e Orçamento em
747 subsidiar o debate com os Conselhos e organizações sociais. Ressaltou que a atual gestão
748 tem a preocupação de fornecer informações para enriquecer o diálogo. Explicou que as
749 principais ações do Governo Federal em relação aos temas discutidos estarão
750 contempladas no PPA. Essas ações serão monitoradas anualmente, proporcionando
751 oportunidade para avaliações e contribuições da sociedade. Enfatizou que o PPA não é
752 um plano estático e pode ser revisado anualmente, tornando o debate contínuo e

753 valioso. Finalmente, mencionou que o PPA ainda está em processo de aprovação no
754 Congresso Nacional, incentivando grupos a pressionarem parlamentares para
755 emendarem o plano e melhorarem as propostas apresentadas. No período da tarde, do
756 dia 27/09/2023, houve a abertura e saudação da Presidenta do Consea, Sra. Elisabetta
757 Recine, que passou a palavra para a Sra. Valéria Burity, Secretária Extraordinária de
758 Combate à Fome do MDS e Secretaria-Executiva da Caisan. **Ponto de Pauta:**
759 **Implementação e Monitoramento do Plano Brasil Sem Fome.** A Secretária iniciou
760 falando sobre a composição do Comitê Gestor do Plano Brasil Sem Fome, que tem como
761 função regulamentar a gestão, o monitoramento, a participação, e a mobilização no
762 Brasil Sem Fome, definir os mecanismos e os procedimentos de participação,
763 acompanhar e monitorar os programas que compõem o plano, assegurar mecanismos
764 também de controle social e prestar informações ao Consea sobre a execução do Plano
765 Brasil Sem Fome. No decreto, afirmou a Sra. Valéria Burity, o Consea foi firmado como
766 instância que vai realizar o controle do Brasil Sem Fome, por isso é importante que exista
767 um fluxo do Comitê Gestor e o Consea. O Plano Brasil Sem Fome possui três metas, que
768 são: (i) tirar o Brasil do mapa da fome; (ii) reduzir as taxas de pobreza; e (iii) reduzir a
769 insegurança alimentar. Disse que, em algumas reuniões, estão sendo discutidas as ações
770 para o cumprimento dessas metas e os gestores irão encaminhar relatórios para que
771 essas ações sejam acompanhadas. Além disso, informou que seria criado um grupo de
772 trabalho de monitoramento, composto por representantes de cada ministério, Rede
773 PENSSAN, IPA, IBGE e Consea. Comentou sobre o início de um processo de articulação
774 federativa com as caravanas do Brasil Sem Fome, as duas aprovadas na região norte e na
775 região nordeste, que são as regiões com maior prevalência de insegurança alimentar e
776 nutricional. Colocou que o Consea fez uma reunião com a sociedade civil do Pará para
777 discutir propostas para a caravana do Pará, que deverá integrar as ações do Governo
778 Federal, do Governo Estadual, Municipal e da Sociedade Civil, para a redução da pobreza,
779 garantia de promoção da segurança alimentar e nutricional, e a erradicação da fome.
780 **Ponto de Pauta: Devolutiva e encaminhamentos das CPs, CPCE e GTs.** A Sra. Inês Rugani,
781 da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), da CP 2 (Ambientes Alimentares
782 e Nutrição), comentou que a discussão trouxe a importância de abordar raça e gênero
783 de forma conjunta, questões relacionadas ao aleitamento e alimentação complementar,
784 cuidado alimentar, e a falta de valorização das formas ancestrais de alimentação em
785 Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e Promoção da Alimentação Adequada e
786 Saudável (PAAS) precisam ser discutidas. Em ambientes alimentares como periferias,
787 desertos e pântanos alimentares, o tema do racismo é frequentemente invisível.
788 Comentou que a representação da sociedade civil em espaços que discutem a agenda
789 regulatória, normas e elaboração de políticas é carente de diversidade, contribuindo
790 para a falta de abordagem adequada dessas questões. Trouxe que o racismo no cuidado
791 em saúde também é um ponto de destaque, assim como a necessidade de aprimorar o
792 guia alimentar para atender plenamente à população brasileira. Complementou que a
793 falta de diversidade nos entornos escolares é discutida, argumentando que a regulação
794 pode influenciar positivamente nesse aspecto. Para a Conselheira, a sindemia global
795 afeta de forma desproporcional a população negra e os povos indígenas, destacando a
796 disparidade no acesso à educação infantil em regiões mais vulneráveis. Quanto às
797 estratégias e aos mecanismos para o enfrentamento do racismo nos programas e
798 políticas, de forma a assegurar a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da
799 população negra, a desconstrução do racismo envolve várias camadas, sendo o primeiro

800 passo o reconhecimento de sua existência, assevera a Conselheira. Na busca por uma
801 abordagem mais inclusiva, expôs que a Educação Permanente propõe novas formas de
802 incorporar a discussão do racismo às atividades já desenvolvidas. Comentou que o
803 Ministério da Saúde está reestruturando a Coordenação de Atenção da População Negra
804 (CAPN), integrando-a ao Departamento de Promoção da Saúde (DEPROS). A
805 Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN) tem estado em diálogo com o
806 CulinAfro (UFRJ) para complementar o guia, destacando a valorização da comida de
807 matriz africana e a ancestralidade. Afirmou que há esforços em curso para aprimorar a
808 abordagem sobre raça/etnia, racismo e interseccionalidade em ações de monitoramento
809 e vigilância alimentar e nutricional, saúde e insegurança alimentar; e que a proposta é
810 ampliar a cobertura da educação infantil, com prioridade para famílias negras. Apontou
811 que a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nas Cidades visa enfrentar
812 desafios em desertos e pântanos alimentares, com prioridades definidas para periferias,
813 mulheres negras, Norte e Nordeste. Disse ainda que o fortalecimento de cozinhas
814 solidárias, articuladas com a educação popular, é uma das estratégias, assim como a
815 intensificação da abordagem do racismo nos sistemas públicos. A Sra. Vanessa Schottz,
816 Coordenadora da CP3, relatou que, durante a reunião da CP3, discutiram os desafios
817 relacionados aos projetos de lei sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar
818 (PNAE) em tramitação no Congresso Nacional. Destacou a preocupação com propostas
819 que podem alterar a lógica do programa. Como estratégias, mencionou a participação
820 em uma audiência pública organizada pelo Observatório da Alimentação Escolar e a
821 realização de uma oficina para aprofundar a análise de alguns projetos de lei. Além disso,
822 informou que a CP3 abordou a construção da Política Nacional de Abastecimento
823 Alimentar, com destaque para a necessidade de enfrentar o racismo institucional e
824 ambiental. A Sra. Vanessa Schottz apresentou uma recomendação direcionada à Caisan,
825 ao MDA e à Conab, enfatizando a importância de uma política intersetorial e
826 interfederativa. Apontou que a proposta incluiu princípios e diretrizes, como o
827 fortalecimento do papel regulador do Estado, a promoção da agroecologia e a mitigação
828 das mudanças climáticas. Disse que a CP3 também planeja organizar uma oficina em
829 colaboração com outras CPs para avançar na construção da política. Por fim, informou
830 que foram levantadas questões a serem aprofundadas, como a definição de
831 competências e a construção de instrumentos operacionais para a política de
832 abastecimento alimentar. O Sr. Edgard Moura, Coordenador da CP5, comentou que a
833 pauta da CP5 foi dirigida ao monitoramento das agendas da CP, e teve como
834 encaminhamento: Enfrentamento às diferentes formas de racismo (estrutural,
835 institucional, ambiental); Combate à insegurança alimentar e nutricional e incentivo à
836 implementação das hortas urbanas e periurbanas (MDA); Combate à violência
837 (alimentar, policial, de gênero; obstétrica, política) contra a população negra urbana,
838 assentada e em luta pela titularidade dos territórios negros e sua diversidade
839 (MIR/MDH); Monitoramento e aprimoramento das políticas públicas para atenção à
840 população negra, com prioridade para a questão da segurança pública; da saúde das
841 mulheres negras (MIR/MM/MS); da alimentação escolar (FNDE/PMA); Troca de saberes
842 sobre a múltipla carga da má nutrição ao nível internacional (com destaque sobre o
843 respeito à cultura e ao caráter étnico de saúde da população negra)
844 (PMA/MIR/MM/MS). Quanto à segunda pauta, colocou que foi feita uma discussão
845 sobre a Plenária e teve como encaminhamento a criação de um grupo de trabalho para
846 atualizar e monitorar a exposição de motivos sobre racismo institucional produzida em

847 novembro de 2017; convidar para a próxima reunião da CP5 os responsáveis pelo
848 Programa Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da
849 Igualdade Racial para trazerem um diagnóstico sobre essa situação, com abordagem da
850 moeda social; verificar se os programas afetos possuem o recorte racial; promover um
851 momento de encontro entre a CP5 e a CP3 para falar sobre abastecimento; recomendar
852 ao Consea a efetivação da proposta da pesquisadora Fran Paula sobre a realização da
853 Audiência Pública “PEC do Veneno”. Por fim, quanto a 6ª CNSAN, foi encaminhada a
854 realização de Conferência Livre sobre desigualdade e racismo, promovida pela CP5;
855 Conferência Livre de Segurança Alimentar e Nutricional para a saúde da população,
856 promovida pela Rede AJEUM; e a mobilização dos conselheiros e conselheiras para a
857 participação nos eventos que possibilitarão a participação virtual (UFBA). O Sr. Dourado
858 Tapeba, da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (APOINME),
859 da CP6 (Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas), iniciou
860 abordando sobre a distribuição de cestas de alimentos que está concentrada em
861 situações emergenciais, decisões judiciais e agravamento da desnutrição. Disse que a
862 Funai sugere a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em locais
863 não emergenciais e que há uma recente Portaria do MDS que incumbiu o Sistema Único
864 de Assistência Social (SUAS) de identificar questões relacionadas ao INSAN (Instrumento
865 Normativo de Segurança Alimentar e Nutricional). No entanto, disse que há a
866 necessidade de definir fluxos de ação e envolver os gestores municipais. O Conselheiro
867 Dourado fez a proposição de recriar comitês regionais. A Sra. Diracy Betânia Cavalcante
868 Lemos Lacerda, representante da CONAB/SUPAB, observou que o PAA se trata de uma
869 oportunidade para impulsionar mudanças em relação à Agricultura de Desenvolvimento
870 Associado (ADA). O Sr. Alexandre Barcellos, representante do Ministério da Agricultura,
871 Pecuária e Abastecimento (MAPA/SDI), sugeriu pensar em uma cesta de insumos
872 básicos, pois, no contexto do PAA Indígena, destaca-se a alocação de recursos para a
873 população indígena, tanto da ADA como de projetos aprovados de doação simultânea;
874 e que estratégias dentro do PAA visam garantir a Segurança Alimentar e Nutricional
875 (SAN), incluindo a compra institucional, com um piloto no Rio Negro e em Alagoas.
876 Informou que no MDS tem estado com processo de aquisição de veículos para apoiar na
877 logística do PAA. Complementou que há preocupações com a situação dos indígenas sem
878 documentação, especialmente nas regiões de fronteira, e a Funai pode atuar junto aos
879 cartórios se demandada. No caso dos Yanomami, apontou que há 27.000 cestas
880 armazenadas em setembro sem previsão de entrega. Comentou que o GT Yanomami do
881 Consea será informado sobre a falta de funcionamento. Disse que a Funai, Conab e MDS
882 estão elaborando uma nota técnica sobre a situação das cestas. Quanto ao racismo e o
883 Sisan, destacou-se a inadequação logística para as populações tradicionais acessarem o
884 PAA. E disse, também, que a falta de acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)
885 apropriada e a ausência de equipamentos públicos prejudicam a comercialização; que a
886 revisão de preços de produtos da PGPMbio e a busca por condições mais justas de
887 produção e consumo também são consideradas. Como encaminhamento da CP6,
888 obteve-se que a Funai, Sesai e outros parceiros podem enviar ofícios para falar das
889 conferências estaduais; que deverá ser feita uma articulação com CONDISI e uma
890 reunião sobre o Encontro com Organizações Nacionais; que o Consea deve oficializar o MPI
891 sobre o interesse em participar do Comitê Gestor da PNGATI, para participar das câmaras
892 temáticas e pautar a SAN; e que deve ser feita uma Recomendação para a Funai sobre a
893 recriação dos Comitês Regionais. A Sra. Kota Mulangi, da CP 7 (Soberania e Segurança

894 Alimentar e Nutricional de Povos e Comunidades Tradicionais), informou que a CP7
895 abordou diversos temas relacionados às dificuldades enfrentadas, incluindo desafios na
896 aquisição do CAF devido à organização espacial e burocrático-administrativa. Disse que
897 essas dificuldades são amplamente influenciadas por questões de gênero, geração e
898 raça. Apontou que os pescadores enfrentam problemas com o gov.br, que não fornece
899 acesso a informações e políticas públicas, além de obstáculos em programas sociais
900 como o auxílio natalidade, especialmente pela falta de área de terra. Acrescentou que a
901 chegada dos POTMA nos séculos XVI, XVII, XVIII, com seu sistema de soberania alimentar,
902 levanta questões sobre como esse sistema é mantido hoje, especialmente para aqueles
903 que não viveram essa história. Destacou a atual ameaça à soberania alimentar, pois
904 impede a produção própria de alimentos, e a discriminação vivida pelos POTMA nos
905 territórios locais, pelos governos locais e as barreiras impostas pela vigilância sanitária
906 do Ministério da Agricultura, também mencionadas. Como encaminhamentos, houve a
907 inclusão dos PCTs como prioridade na aquisição dos alimentos do PNAE; uma
908 Recomendação ao Ministério de Cultura quanto às especificidades referentes aos PCTs,
909 no sentido de detalhar, na perspectiva da cultura alimentar, na regulamentação da lei,
910 que os recursos da Lei Aldir Blanc chegue para esses povos, para que os recursos a serem
911 repassados sejam garantidos na ponta, onde a lei é executada; uma Recomendação ao
912 MDS, para que faça um processo de debate e alinhamento que atendam às
913 especificidades dos PCTs, e possam de verdade serem contempladas; uma
914 Recomendação ao BNDES; trazer a pesquisadora cuja pesquisa tratou das condições
915 sanitárias de produção e armazenamento do queijo, na perspectiva da comparação entre
916 produção artesanal e industrial; considerando que o propósito do edital é atender os
917 povos e os produtos da Amazônia, recomendar que o BNDES revise os critérios e
918 constitua um debate com o Consea; incluir, no edital para áreas desmatadas “onde haja
919 produção de PCTs e sociobiodiversidade”, ou seja, que os critérios sejam inclusivos e
920 com apoio aos meios de transporte. Quanto a 6ª CNSAN, os encaminhamentos foram:
921 (i) solicitar a Caisan respostas quanto ao GT para a Rota do Bode; (ii) solicitar ao GT
922 Internacional convite para três rainhas dos povos originários africanos e representantes
923 internacionais das comunidades tradicionais a saber pescadores internacionais,
924 extrativistas. O Conselheiro Jean Pierre (CPCE), em referência à discussão com a CP1,
925 disse que se concentrou na interação entre as duas comissões para regulamentar
926 organizações da Sociedade Civil envolvidas em ações de segurança alimentar e
927 nutricional para o Sisan. Disse que, durante a reunião, foram exploradas as experiências
928 do SUAS, especialmente em relação à tipificação e regulamentação de entidades
929 privadas. Destacou-se o avanço significativo do SUAS nesse aspecto, visando garantir
930 níveis adequados de organização e interação. Ressaltou a importância de adaptar essas
931 experiências do SUAS à realidade das organizações da Sociedade Civil no contexto do
932 Sisan. Colocou que surgiram inquietações sobre a diversidade de ações em segurança
933 alimentar e nutricional, indo além da oferta de alimentos, abrangendo assessoria,
934 formação, incidência política e proposição relacionada aos Conselhos. Entre as
935 preocupações destacadas estavam o processo de adesão e a comunicação eficaz com os
936 Conselhos, propondo a criação de fluxos, instrumentais e processos para melhorar esse
937 processo em relação ao Sisan. Ficou acordado que a discussão sobre fluxos, o papel dos
938 Conselhos e a caracterização das organizações da Sociedade Civil seria aprimorada.
939 Mencionou a diferença na tipificação das organizações da Sociedade Civil de Segurança
940 Alimentar em comparação com o SUAS e com o SUS. Indicou a necessidade de construir

941 um documento em colaboração com a CP1, Sesan e CPCE, que abordasse a tipificação
942 das organizações, levantando critérios, incluindo a consideração de conflitos de interesse
943 e critérios de inclusão. **Ponto de Pauta: Informes e encerramento.** Como resultado dos
944 trabalhos dessa sessão plenária, 04 (quatro) recomendações foram lidas, debatidas e
945 aprovadas, a saber: Recomendação nº 14/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a composição
946 da cesta básica nacional de alimentos ser por alimentos in natura ou minimamente
947 processados e ingredientes culinários processados e alimentos processados
948 selecionados, e seja isenta de produtos alimentícios ultraprocessados, conforme
949 preconizado no Guia Alimentar para a População Brasileira, em consonância com os
950 princípios e as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e da Política
951 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Recomendação nº
952 15/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a formulação e implementação de uma Política
953 Nacional de Abastecimento Alimentar; Recomendação nº 16/2023/CONSEA/SG/PR –
954 sobre a adoção de critérios no Edital do Fundo Amazônia que tem por objetivo
955 “fortalecer a aquisição da produção da agricultura familiar de base sustentável e
956 sociobiodiversa para a alimentação escolar das redes públicas de ensino da Amazônia
957 Legal” que efetivamente incluam os territórios de povos e comunidades tradicionais que
958 manejam produtos da sociobiodiversidade; e, Recomendação nº
959 18/2023/CONSEA/SG/PR – sobre o empenho na coordenação e mobilização de esforços
960 em apoio ao Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) das Nações Unidas.
961 Ressalva-se que Recomendação de número 17/2023 constará na Ata da 6ª Reunião
962 Plenária Ordinária. Encerrada a 5ª Reunião Plenária Ordinária de 2023, eu, Marília
963 Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Marília Mendonça Leão
Secretária-Executiva
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 19 de julho de 2024.